



Reforma pode prejudicar estados, alerta Tourinho

PÁGINA 8

Suplicy quer investigar privatização da Eletropaulo

PÁGINA 5

Sarney anuncia novidades na comunicação do Senado

PÁGINA 3



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.706 - Brasília, quarta-feira, 28 de maio de 2003

INTERNET

Governo terá que divulgar licitações

Órgãos federais, estaduais e municipais cumprirão a exigência, segundo projeto aprovado pelo Senado.

PÁGINA 4

LÍNGUA

Restrição ao uso de termos estrangeiros

Conforme projeto, expressão estrangeira deve ser acompanhada do correspondente em língua portuguesa.

PÁGINA 5

AUTORIDADES

Aprovados nomes para ANS e embaixadas

Nomes para a Agência Nacional de Saúde Suplementar e quatro embaixadas foram acolhidos pelo Plenário.

PÁGINA 4

Universidades amazônicas deverão ter mais recursos

- De acordo com proposta aprovada em segundo turno pelo Senado, recursos serão obrigatoriamente aplicados em programas de ensino, pesquisa e extensão voltados à promoção do desenvolvimento sustentado



Gerardo Magela

ESTÍMULO À AMAZÔNIA. Proposta de Mozarildo (ao lado) obteve 69 votos favoráveis no Plenário do Senado

O Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que destina 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para instituições federais de ensino superior

da Amazônia Legal, que inclui os estados da Região Norte, Mato Grosso e o Maranhão. Os recursos serão aplicados em programas de ensino, pesquisa e extensão voltados à promoção do desenvolvimento sustentado.



José Cruz

PÁGINA 4

DESIGUALDADE

Ciro Gomes, Marina Silva e Carlos Lessa devem participar de debates sobre desequilíbrios regionais e Amazônia

PÁGINA 7

Sarney recebe autoridades da Venezuela

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o ministro da Infra-Estrutura da Venezuela, Deodato Cabello, e o embaixador daquele país no Brasil, Vladimir Villegas, com quem conversou sobre a integração política entre os dois países.

À saída da audiência, os dois disseram que petróleo e energia elétrica venezuelanos comprados pelo Brasil são os principais itens da pauta comercial entre as duas nações.

O embaixador e o ministro falaram com Sarney sobre os acordos comerciais assinados recentemente no Recife pelos presidentes Lula da Silva e Hugo Chávez e sobre a possibilidade de instalação de uma refinaria de petróleo no Brasil.

Solidariedade a Fux e pesar por Almir Chediak

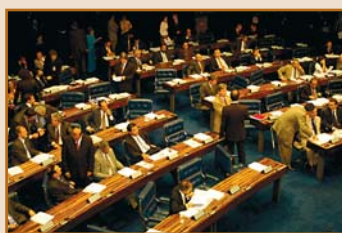
O Plenário do Senado aprovou ontem voto de pesar pelo assassinato do produtor musical Almir Chediak, ocorrido domingo em Petrópolis (RJ). O requerimento foi encabeçado pelo senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB.

Para Virgílio, a manifestação do Senado mostra inconformismo com a onda de violência que se abate sobre o país.

Também foi aprovado requerimento, encabeçado por Arthur Virgílio, que manifesta solidariedade do Senado ao ministro Luís Fux, do Superior Tribunal de Justiça, assaltado e espancado em sua residência, no Rio.

Agenda

Roosevelt Pinheiro



Plenário vota indicações ao STF

As indicações de três novos ministros para o Supremo Tribunal Federal (STF) – Antonio Cezar Peluso, Carlos Augusto Ayres de Freitas Brito e Joaquim Benedito Barbosa Gomes – serão votadas em Plenário, a partir das 14h30. Do senador Pedro Simon (PMDB-RS), proposta de emenda à Constituição que prevê a gratuidade para a certidão de nascimento, casamento e óbito terá sua última sessão de discussão em segundo turno.

Controle externo das agências reguladoras na CCJ

A partir das 10h, a CCJ discute projeto de lei do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) – foto – que institui o Estatuto do Idoso. Também pode ser votada proposta de Arthur

Virgílio (PSDB-AM), criando controle externo para as agências reguladoras, e três outras proposições, enviadas pela Câmara, que modificam regras do Código de Trânsito Brasileiro.



Jane de Araújo

Regras para construção de presídios de segurança máxima

Tramita em caráter terminativo na CCJ projeto de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que trata

sobre a instalação de presídios federais de segurança máxima no Brasil. A proposta veda a construção dessas penitenciárias

na capital do país, argumentando que Brasília abriga os poderes federais e as representações diplomáticas.

Comissão de Legislação Participativa se reúne às 9h

A terceira reunião da Comissão de Legislação Participativa (CLP), presidida pelo senador Magno Malta (PL-ES) – foto –, ocorre às 9h, e deve discutir e votar as normas para



Roque de Sá

funcionamento e recebimento de propostas pela comissão. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) é o relator de duas sugestões que constam da pauta.

Violência nas escolas em debate

Eric Debarbieux, professor e diretor do Observatório Europeu de Violência Escolar, e Miriam Abramovay, vice-coordenadora do Observatório sobre Violência nas Escolas do Brasil, são os convidados da audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) para debater a violência nas escolas. A reunião é às 10h.



Roque de Sá

CFC aprecia relatórios do TCU

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) se reúne às 11h30 para votar dois relatórios da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sobre auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU): uma na Companhia Brasileira de Trens Urbanos, em Natal (RN), e outra em obras do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) em Pernambuco.

Audiência sobre os idosos

A pedido da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), os atores Osvaldo Louzada e Carmem Silva, que participam da novela *Mulheres Apaixonadas*, da Rede Globo, são os convidados da audiência pública sobre a situação do idoso no país, promovida pela Subcomissão Temporária do Idoso, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 14h.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao Leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

SUPERAÇÃO. Virgílio disse que Basa soube vencer sucessivas crises nos últimos sete anos

Virgílio destaca eficiência da gestão do Basa

O Banco da Amazônia (Basa) foi parabenizado por Arthur Virgílio (PSDB-AM) pelos resultados da gestão de 1995 a 2002, que demonstram, segundo ele, a consolidação da instituição como co-responsável pelo desenvolvimento da região.

Virgílio disse que, nos últimos sete anos, o banco soube enfrentar e superar desafios como adequar-se ao Plano Real, as crises dos países asiáticos, da Rússia e da Argentina e o atentado de 11 de setembro. Prova disso é o aumento do patrimônio líquido da instituição, que passou de pouco mais de R\$ 35 milhões em 1995 para R\$ 1,2 bilhão em 2002, assinalou o senador, acrescentando que os ativos totais aumentaram de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 7,9 bilhões, e a carta de fomento passou de R\$ 1 bilhão para quase R\$ 4 bilhões.

– Na época, o Banco da Amazônia não estava preparado para reagir adequadamente às exigências do novo cenário desenhado pelo Plano de Estabilização Econômica. A administração do Basa tratou, então, de empreender a retomada do planejamento estratégico, direcionando a instituição para alcançar maior eficácia, visando ganhos de qualidade, produtividade e competitividade – afirmou Arthur Virgílio.

O objetivo, de acordo com o parlamentar, era dar um novo rumo e perfil à instituição, de forma a torná-la o principal banco da Amazônia, capaz de promover o desenvolvimento integrado da região mediante melhorias nos recursos de fomento, produtos e serviços.

Veto a produtos brasileiros preocupa comissão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) solicitará ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informações sobre notícias veiculadas pelos jornais *Correio Braziliense* e *Gazeta Mercantil*, respectivamente, a respeito de veto dos Estados Unidos à venda de aviões *Super Tucano* –

produzidos pela Embraer – à Força Aérea Colombiana, e à venda de frango brasileiro ao Canadá. O requerimento, de autoria da própria comissão, será apresentado para conhecimento do colegiado na reunião de amanhã, às 10h.

Na mesma reunião, serão analisados dois requerimentos do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

para que sejam convidados para debate na CRE os ministros da Defesa, José Viegas Filho; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, e das Relações Exteriores, Celso Amorim. Os dois primeiros devem participar de discussão sobre o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras. Celso Amorim, por sua vez, deve debater

com os senadores as perspectivas do país em relação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A CRE apreciará, ainda, requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para voto de protesto junto ao governo norte-americano pela intervenção continuada no Iraque, contrariando tratados internacionais.



LIVRE COMÉRCIO. Celso Amorim deve explicar à CRE posição do Brasil sobre a Alca

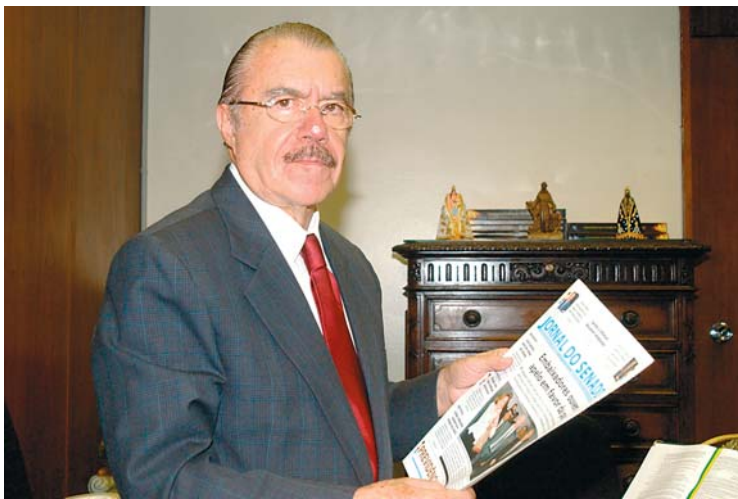
Sarney anuncia avanços na comunicação do Senado

■ “O Parlamento moderno exige transparência e é o que estamos buscando”, afirma senador

Em comunicação oficial feita no Plenário, o presidente do Senado, José Sarney, informou que a partir de hoje o *Jornal do Senado* passa a ser impresso em cores. Ele exibiu um número experimental do tablóide e anunciou que essa é a primeira de uma série de mudanças no setor de comunicação social da Casa.

Sarney disse que essas providências estratégicas aparelharão o Senado para cumprir melhor ainda sua missão institucional. “O Parlamento moderno exige transparência aliada a participação e fiscalização cada vez mais intensas da sociedade. É isso que estamos buscando”, salientou.

Conforme Sarney, há oito anos muitos não acreditavam no avanço que esses serviços de comunicação teriam, sobretudo o jornal. “Era um veículo muito simples, com 1.500 exemplares, distribuídos basi-



CRESCIMENTO. Sarney lembrou evolução do jornal em oito anos

camente em Brasília. Hoje o *Jornal do Senado*, em formato tablóide, alcança tiragem de 68 mil exemplares, distribuídos diariamente em todo o país. Há municípios onde só circula o *Jornal do Senado*.”

Ainda no âmbito do jornal, o presidente do Senado afirmou que, para municiar o debate parlamentar, brevemente esse veículo passará a publicar encartes temáticos e entrevistas abrangentes de temas nacionais com os senadores.

Sarney destacou o crescimento da Agência Senado, que divulga as notícias da Casa via

Internet. Também afirmou que é crescente a audiência da Rádio Senado. Sobre a TV Senado, disse que, além de novos programas, em breve vai inaugurar um estúdio mais amplo e moderno. Ele ainda informou que há entendimentos para abrir o sinal de TV em UHF, em parceria com as assembleias legislativas, prefeituras e câmaras municipais.

O presidente do Senado também anunciou a expansão do serviço 0800 – A Voz do Cidadão, que vai ampliar a interatividade com a opinião pública.

Jornal ganha cor e novo projeto gráfico

O *Jornal do Senado* circula hoje com um novo projeto gráfico, cuja principal mudança é o uso de cores. O objetivo da reestruturação, solicitada pelo presidente da Casa, senador José Sarney, é apresentar um jornal de mais fácil leitura, sem perder as características de órgão oficial de divulgação do trabalho desenvolvido pelos senadores e senadoras.

Totalmente desenvolvido pela equipe do jornal, o novo projeto proporciona ganho

de produtividade, ao explorar melhor as possibilidades gráficas e tecnológicas já disponíveis na Casa, sem aumento significativo de custos.

A reformulação marca os oito anos de existência do jornal, que, junto com a Agência Senado, a rádio e a TV, vem cumprindo a missão de dar mais transparência às atividades da Casa.

O noticiário publicado pelo *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Agência Senado, que acom-

panha, inclusive em tempo real, os pronunciamentos, debates, reuniões de comissões, discussões e votações de projetos, elaborando um retrato preciso dos acontecimentos da Casa. O noticiário é disponibilizado na *home page* do Senado (www.senado.gov.br). A média de consultas a esse material é de 70 mil acessos por mês.

A impressão do jornal é responsabilidade da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep).



PRIORIDADE REGIONAL. Pavan diz que TV Catarinense valoriza municípios onde atua

Pavan saúda 15 anos da TV Catarinense

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) registrou ontem o 15º aniversário da TV Catarinense e homenageou seus fundadores, Saul Brandalise, Ivan Bonato e Maria Odete Brandalise Bonato. Segundo o senador, a emissora inaugurou “uma nova era” nas regiões do Vale do Rio do Peixe e do oeste de Santa Catarina e acompanhou, nesses 15 anos, as transformações dessas áreas produtivas e prósperas.

– Com o nome de Barriga Verde, a emissora foi afiliada da extinta Rede Manchete, mas o tempo passou, ela se afiliou à Rede Bandeirantes e passou a se chamar TV Catarinense – informou Pavan.

O senador acrescentou que, em busca de maior abrangência, o veículo ampliou o alcance de seu sinal e hoje chega a mais de 100 municípios nas regiões do Planalto Serrano ao Extremo Oeste, alcançando também o norte do Rio Grande do Sul. Ele observou ainda que a TV Catarinense valoriza a população e os municípios das regiões onde atua, tendo recebido vários prêmios pela prioridade aos assuntos regionais. “A TV Catarinense contempla a história e a cultura de uma região e de um povo pujante, que busca no trabalho a sua auto-realização”, concluiu.

Demostenes vê manobra no TRE de Goiás

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) denunciou ontem uma “manobra” dos sete membros do conselho que dirige o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás para impedir a posse, no cargo de presidente do Tribunal de Justiça José Lenar de Melo Bandeira. Em seu lugar, os membros do conselho empossaram o desembargador Paulo Maria Teles Antunes, contrariando critérios da instituição para a sucessão.

Segundo Demostenes, o desembargador José Lenar foi impedido de assumir o cargo por ter enviado correspondência aos demais membros do TRE informando que, conforme decisão do Tribunal de Contas da União, cumpriria a lei e demitiria os parentes de desembargadores (38 no total) que estivessem ocupando cargos em comissão.

– Os atos de exoneração já estavam, inclusive, formalizados para a assinatura logo após a posse – acrescentou.

Diante do fato, Demostenes afirmou que passou a ter certeza de que o controle externo do Judiciário é “gênero de primeira necessidade”. O senador Magno Malta (PL-ES) disse que “faz coro” com Demostenes na luta pelo controle externo do Judiciário.



CERTEZA. Para Demostenes, controle externo do Judiciário é indispensável

ORDEM DO DIA

O Plenário confirmou ontem, em segundo turno, a aprovação de proposta de autoria de Mozarildo Cavalcanti que beneficia o ensino superior na região da Amazônia Legal

ARTHUR VIRGÍLIO



Investir na Amazônia é investir no Brasil. A fronteira do desenvolvimento econômico está na Amazônia.

ANA JÚLIA



A proposta atende ao que está escrito na Constituição, que é diminuir as diferenças regionais.

DUCIOMAR COSTA



Esta é uma gota de justiça para os estados da Amazônia e uma medida boa para o Brasil como um todo.

GERALDO MESQUITA



Os recursos darão às instituições uma sobrevida para privilegiar pesquisa e produção de conhecimento.

JOÃO CAPIBERIBE



Para integrar a Amazônia, que corresponde a 60% do território nacional, só com o conhecimento.

TIÃO VIANA



Este é um gesto de solidariedade com a Amazônia, pelo equilíbrio regional e em defesa da inteligência.

AUGUSTO BOTELHO



Com todas as suas universidades trabalhando, a Amazônia será propriedade dos brasileiros.

LUIZ OTÁVIO



É um dia histórico no Senado, pelo trabalho para levar recursos para a Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.

Senado aprova garantia de recursos para ensino superior da Amazônia

O Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que destina 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal, que inclui os estados da Região Norte, o Mato Grosso e o Maranhão. Os recursos serão obrigatoriamente aplicados em programas de ensino, pesquisa e extensão voltados à promoção do desenvolvimento sustentado.

De autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), a PEC foi votada em segundo turno e aprovada com 69 votos favoráveis, um contrário e duas abstenções, e segue agora para a Câmara dos Depu-



tados. Lá, deverá ser alterada para contemplar também as instituições das Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Essa foi a condição que permitiu o apoio maciço dos parlamentares nordestinos à pro-

posta. Eles salientam que a região, assim como o Centro-Oeste, tem sido prejudicada nos repasses de recursos e é vítima da desigualdade regional. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sugeriu que

seja utilizado o conceito de Nordeste adotado pela extinta Sudene. Assim, o norte de Minas Gerais, por suas características socioeconômicas, seria também beneficiado.

Mozarildo Cavalcanti assegurou ao Plenário que apoiará a mudança feita na Câmara dos Deputados, de modo a atender também as duas outras regiões. Ele disse que o financiamento das universidades da Amazônia é fundamental para a proteção da biodiversidade brasileira.

– Atualmente, o que temos é a biopirataria, é a pesquisa produzida por estrangeiros – afirmou o senador, ressaltando que a proposta beneficiará 13 universidades e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) na Amazônia.

Plenário aprova novo diretor para a ANS

O Senado aprovou ontem a indicação do cirurgião José Leônicio de Andrade Feitosa, ex-secretário de Saúde no governo do Rio de Janeiro, para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Também foram aprovadas as indicações de José Augusto Lindgren Alves, que já comanda a embaixada na Bulgária, para acumular o cargo na Macedônia; de César de Faria Domingues Moreira, para acumular os cargos na Noruega e, agora, na Islândia; e dos diplomatas Renan Leite Paes Barreto e Valdemar Carneiro Leão Neto, para as embaixadas brasileiras na Guatemala e no Canadá.

Internet mostra tudo sobre licitações

O Plenário do Senado aprovou, em votação simbólica, projeto que obriga órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive autarquias e fundações, a divulgar pela Internet dados de licitações em andamento e, depois, detalhes das propostas vencedoras, inclusive nomes dos sócios das empresas.

O projeto veio da Câmara mas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, recebeu alterações do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), para adaptá-lo às alterações constitucionais feitas em 1998 sobre as licitações públicas. Pelas mudanças, empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias terão um regulamento específico para licitações.

O projeto, que ainda terá

votação suplementar no Senado, volta depois ao exame dos deputados. A proposta determina que o Executivo regulamentará e padronizará a apresentação das informações sobre licitações que devem entrar na Internet. Até que seja criada legislação específica para empresas públicas, elas deverão seguir as normas que o Executivo baixará. O objetivo é tornar mais transparentes as licitações para execução de serviços e para compra de bens.

Os governos estaduais criarão uma página na Internet para divulgação, mediante convênio, das informações relativas aos municípios com menos de 100 mil habitantes e sem recursos e capacidade técnica para ter suas próprias páginas eletrônicas.

O Plenário também aprovou



AJUSTES. Relator Jefferson Péres modificou projeto para adaptá-lo à legislação de 1998

requerimento do senador Alvaro Dias (PDT-PR), apresentado na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), solicitando informações ao Ministério da Fazenda sobre a intervenção e privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado).

CCJ reexamina os terrenos de marinha

Por requerimento do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, que extingue os terrenos de marinha e estabelece as condições para sua destinação.

As PECs 44, 31 e 55 tiveram ontem a primeira das cinco sessões de discussão regimentais exigidas para votação, em primeiro turno. As duas primeiras instituem o voto facultativo no país e a terceira, do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), acrescenta a razoabilidade nos princípios que regem a administração pública.

ORDEM DO DIA

Plenário aprova defesa da língua portuguesa

O Senado aprovou ontem projeto de lei que trata da proteção, promoção, defesa e uso da língua portuguesa e estabelece que o poder público fica obrigado a incentivar o ensino do idioma com programas oficiais e a colaboração da comunidade. Como houve emendas, a proposta retornará à Câmara dos Deputados.

Segundo a proposta, será obrigatório o uso da língua portuguesa em documentos da administração pública direta, indireta e das fundações destinados ao conhecimento público. As palavras e expressões em língua estrangeira atualmente em uso nos documentos públicos deverão ser

substituídas por palavras ou expressões equivalentes em língua portuguesa no prazo de um ano.

Pelo projeto, toda palavra ou expressão escrita em língua estrangeira e destinada ao conhecimento público no Brasil virá acompanhada, em letra de igual destaque, do termo ou expressão vernacular correspondente em português. Estão incluídos aí os textos que tratam de relações comerciais, principalmente nos produtos importados, nos meios de comunicação de massa e nas mensagens publicitárias e nas informações afixadas nos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço.

Rito de desapropriação retorna para comissões

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) advertiu o Plenário que terá graves consequências legais e provocará prejuízos aos proprietários rurais a aprovação do projeto que muda a lei complementar sobre procedimento contraditório especial, de rito sumário, para desapropriação de imóvel rural por interesse social, para fins de reforma agrária. O projeto estava na pauta de votações de ontem, mas, por decisão do Plenário, passa a tramitar em conjunto com proposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sobre o mesmo assunto. As matérias retornam ao exame das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto, do então senador Ademir Andrade, o valor da indenização, em caso de desapropriação de imóvel rural, "corresponderá ao valor declarado na data da perícia, ou àquele consignado pelo juiz, corrigido monetariamente até a data de seu efeti-

vo pagamento, excluído o pagamento de juros compensatórios". O juiz, na sentença, individualizará o valor do imóvel, de suas benfeitorias e dos demais itens que compõem o valor da indenização, "excluído o pagamento de cobertura florística".

O fato de as propriedades sujeitas a desapropriação não terem 80% de Grau de Utilização da Terra, e nem 100% de Grau de Eficiência de Exploração, como estabelece lei de 1993, não significa que não produzam nada ou estejam abandonadas, disse o senador.

A desapropriação punirá o produtor rural com a perda da terra, situação que se agravará porque ele não vai receber nenhuma remuneração em prazo de até 20 anos, até que consiga resgatar os títulos da dívida agrária (TDAs).

Jonas Pinheiro disse que é ilegal a não-inclusão da cobertura florística na indenização. "A cobertura é parte integrante da propriedade e deve afetar a valorização do imóvel", lembrou o senador.



PUNIÇÃO. Jonas lembrou que desapropriação será prejudicial ao produtor rural

Waldemar Rodrigues

Suplicy pede que Cade investigue denúncias

■ CAE aprova dois requerimentos sobre casos do leilão da Eletropaulo e dos rodoviários de SP

Dois requerimentos do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que pedem investigação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) foram aprovados na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O primeiro baseia-se em denúncia veiculada pelo jornal inglês *Financial Times* de 21 de maio, sobre supostas irregularidades na privatização da Empresa de Energia Elétrica de São Paulo (Eletropaulo).

A publicação denuncia um acordo entre as empresas participantes do leilão, AES e Enron, que teria permitido à primeira comprar a empresa estatal pelo preço mínimo. Em troca, conforme o jornal *Financial Times*, a Enron poderia construir uma usina elétrica de 1.500 megawatts em parceria com a empresa AES para alimentar a Eletropaulo, sendo a principal construtora e operadora da usina de energia, atraindo



ACORDO. Suplicy citou matéria publicada pelo jornal inglês *Financial Times*

Waldemar Rodrigues

comissões para ambas.

O segundo requerimento de Suplicy pede que o Cade investigue os indícios de abuso de poder econômico apresentados por empresas de transporte coletivo urbano de São Paulo e um conluio entre essas companhias e a diretoria do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus.

Conforme Suplicy, existem indícios de que essas empresas teriam realizado pagamentos ilícitos aos diretores do sindicato, envolvendo depósitos em dinheiro, cestas básicas e custeio de planos de saúde, com o objetivo de fomentar greves da categoria para pressionar a prefeitura

a elevar as tarifas e regulamentar as rotas.

A CAE também aprovou requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que solicita o comparecimento do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, e dos dirigentes da Eletropaulo e da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) para dar esclarecimentos sobre as operações de venda de ações à empresa norte-americana AES.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Roberto Ziulkoski, e o coordenador temático da Frente Nacional de Prefeitos, Marcelo Déda, concordaram em adiar a audiência que teriam ontem para debater com integrantes da CAE os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre as administrações municipais, após três anos de sua vigência. A proposta de mudança nas regras do Imposto sobre Serviços (ISS), que também seria discutida com os convidados, acabou não sendo examinada pela CAE.

• Mais sobre decisões da CAE na página 7

Adiada votação da taxa mínima de energia

Foi adiada para a próxima semana a discussão e votação, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, do projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que proíbe a cobrança de taxa mínima de energia dos consumidores residenciais. A reunião foi encerrada depois que a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) solicitou verificação de quórum e o presidente José Jorge (PFL-PE) constatou que não havia número de senadores suficiente para a matéria ser votada.

Osmar Dias considerou a iniciativa "demonstração de má vontade do PT" para não votar a matéria, lembrando que a proposta tramita no Senado desde 2001, já tendo sido aprovada, inclusive,

na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Serys explicou que seu pedido de verificação de quórum devia-se à necessidade de os membros da Comissão de Infra-Estrutura ouvirem os argumentos do senador Delcídio Amaral (PT-MS), autor do voto em separado, que não estava presente.

Delcídio argumenta que o sistema elétrico é projetado para manter uma capacidade disponível, que na maior parte do tempo não é utilizada. Se a demanda sofre variações, diz o senador, deve ser imediatamente atendida. Isso significa, conforme Delcídio, que para manter a escala de produção a concessionária precisa cobrar de cada unidade uma taxa mínima.

Osmar Dias discorda. Ele



CONTA DE LUZ. Osmar acha que consumidor deve pagar só por aquilo que consome

argumenta que o consumidor deve pagar unicamente pela energia que consome. O objetivo do projeto, ressaltou o senador, é eliminar de forma definitiva a cobrança do custo de disponibilidade.



QUALIDADE. Proposta aprovada na CE amplia participação das faculdades em programas educativos

José Cruz

Mozarildo cobra medidas para valorizar o professor

Ao analisar, ontem, o sistema educacional brasileiro, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) destacou a necessidade de ampliação, melhor qualificação e maior valorização do corpo docente. Ele comentou que, na situação atual, o profissional de ensino termina tendo de investir em sua formação e, muitas vezes, é obrigado a avaliar a relação custo-benefício para continuar desempenhando suas atividades.



O problema mais grave na qualificação do professor, disse ele, localiza-se na educação infantil. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), apenas 22,3% dos professores desse nível de ensino têm formação superior. No ensino fundamental, a média no país com graduação universitária é de 50%, alcançando quase 90% no ensino médio, acres-

centou o senador.

Mozarildo salientou que, mesmo quando o professor tem curso superior, na maioria das vezes não costuma ter oportunidades para se reciclar. O resultado é que nem sempre o nível superior do docente se traduz em resultados educacionais melhores ou sustentáveis a longo prazo, alertou.

– A educação superior também está comprometida por distorções. As oportunidades oferecidas pela rede pública são disputadas num regime de concorrência que é mais de cinco vezes a disputa existente na rede privada.

O parlamentar observou que, apesar do aumento na alocação de verbas para o setor educacional, nos últimos anos, verificou-se uma redução se comparado com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Universidades poderão explorar canal a cabo

Projeto que prevê uso compartilhado de TV por instituições de ensino superior foi aprovado ontem na CE

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem substitutivo do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a projeto de autoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) que disponibiliza um canal de TV a cabo para uso compartilhado de instituições de ensino superior em

regiões onde existam diversas universidades. A maioria dessas instituições deve ter cursos de graduação com avaliação A, B ou C no último Exame Nacional de Cursos.

O principal objetivo da proposta, segundo Aldo Rebelo, é aumentar o acesso de universidades na produção, programação e veiculação de programas de caráter educativo. O projeto segue agora para análise do Plenário.

Os membros da CE decidiram também adiar a votação do projeto do senador Hélio

Costa (PMDB-MG) que torna obrigatória a inclusão do leite de vaca na merenda escolar. O adiamento foi solicitado pelo relator, Reginaldo Duarte (PSDB-CE), que é favorável à aprovação da matéria. Ele apresentou requerimento após argumentação do senador Almeida Lima (PDT-SE) sobre a impossibilidade de definição da merenda escolar por meio de projeto de lei. Para Almeida Lima, o ideal seria que cada estado definisse o cardápio, respeitando as peculiaridades da região.



Célio Azevedo

PARCERIA. Diretora do Ibav é recebida na Subcomissão de Cinema

Saturnino apóia escola de cinema no Rio de Janeiro

O presidente da Subcomissão de Cinema, Roberto Saturnino (PT-RJ), prometeu apoio ao desenvolvimento da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, criada há um ano, no Rio de Janeiro. Em conversa com a diretora do Instituto

Brasileiro de Audiovisual (Ibav), Irene Ferraz, o senador anunciou que defenderá o projeto junto ao governo.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) garantiu apoio a novas idéias, com ênfase nas iniciativas de inclusão social.

Conselho vai opinar sobre TV comunitária

O Conselho de Comunicação Social vai se pronunciar a respeito de projeto de lei em análise na Comissão de Educação (CE) que cria o serviço de televisão comunitária. A decisão foi tomada ontem pela CE, ao aprovar requerimento do senador Aelton Freitas (PL-MG) e da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Segundo os dois senadores, a matéria é polêmica, razão pela qual entendem ser necessário um parecer de um órgão técnico como o Conselho de Comunicação Social. O projeto estabelece, também, anistia às pessoas e entidades que atuavam de forma irregular na área.

Virgílio critica o governo por não distribuir bolsas

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), responsabilizou, ontem, o governo federal por não conseguir distribuir 645 mil bolsas-escola, "deixando de levar comida e educação a 1,93 milhão de crianças" de todo o país. Para o parlamentar, trata-se de "incompetência" do atual governo. Ele criticou informação do Ministério da Educação de que as bolsas estão ociosas "por culpa do preenchimento de cadastros".

– Essas desculpas estão se tornando desgastantes. O governo não vem conseguindo sequer manter em funcionamento programas que sempre deram certo. E ainda aponta como culpado o cadastro. Jamais a culpa é do governo. Nunca se faz autocrítica – disse.

A denúncia da ociosidade das bolsas-escola foi publicada em manchete pelo jornal *Folha de S. Paulo* do último domingo.

Arthur Virgílio também acusou o governo Luiz Inácio Lula da Silva de tolerar a "escalada da violência" do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e leu



Rosevelt Pinheiro

VIOLÊNCIA. Arthur Virgílio também acusa governo de tolerar a invasão de terras

trecho de entrevista de um dos líderes do MST, José Rainha, segundo o qual as invasões de terras improdutivas serão mantidas "doa a quem doer".

O senador entende que, diante do aumento da tensão no campo, "com os dois lados se armando", os investidores da área rural acabarão mudando de idéia.

– Não podemos nos esquecer de que o Brasil deve ao campo seu saldo positivo na balança comercial, principalmente com a exportação de grãos e de carnes – ponderou.

Comissão convoca Carlos Lessa para debater desigualdades

■ Adiada votação de projeto que destina 35% dos recursos do BNDES para regiões carentes

Ao aprovar requerimento do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou a votação do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre o projeto de lei do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que reserva percentual de 35% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aplicação obrigatória no Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Espírito Santo e norte de Minas Gerais. Dessa maneira, a comissão poderá debater o assunto com o presidente do BNDES, Carlos Lessa.

A discussão sobre a necessidade de promover a redução das desigualdades regionais só foi interrompida depois que Jereissati aceitou a promessa de Mercadante de que Lessa estará presente à CAE com a maior brevidade possível, provavelmente em 5 de junho. O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), anunciou que, caso o governo garanta a presença de Lessa, poderá convocar reunião extraordinária para ouvi-lo. Antes disso, o relator defendia a aprovação do parecer e era contra o adiamento.

– O debate sobre o desenvolvimento regional vem sendo sempre procrastinado. A diminuição das desigualdades não é tratada como prioridade – disse Jereissati, com apoio de outros senadores.

Um segundo item da pauta da CAE adiado a pedido de Mercadante foi o relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que concede os mesmos descontos nas taxas de juros de empréstimos no âmbito do Fundo Constitucional do Nordeste aos projetos financiados pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste na área do Pantanal Mato-Grossense cujos titulares estejam adimplentes com os pagamentos.



ESCLARECIMENTOS. Comissão de Assuntos Econômicos busca subsídios do BNDES para examinar projeto

Quatro ministros falam sobre programa para a Amazônia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu realizar debate sobre o Programa de Desenvolvimento da Amazônia com os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues; das Cidades, Olívio Dutra; e da Integração Nacional, Ciro Gomes. O requerimento para a realização do debate foi apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

O programa, cujo lançamento foi anunciado recentemente pelo governo federal, tem a participação dos ministérios listados por Virgílio,

que considera ser um dever da CAE promover amplo debate sobre o assunto.

Em outro requerimento aprovado na reunião de ontem, Virgílio pede que Marina Silva preste esclarecimentos à CAE sobre a implantação de projeto de exploração da Amazônia, anunciado em Genebra pelo diretor-adjunto do Programa Nacional de Florestas. Virgílio estranhou o fato de o anúncio ter sido feito no exterior e não no Brasil.

Transgênicos

Em um terceiro requerimento aprovado pela comissão, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) sugere que o mi-



FLORESTAS. Marina Silva deve explicar aos senadores projeto de exploração

nistro da Agricultura preste informações à CAE sobre a posição do governo acerca dos produtos transgênicos e da situação dos produtores nacionais de alho.

Gás natural poderá ser combustível de veículo

A CAE aprovou em turno suplementar o substitutivo da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) que amplia para todo o território nacional o uso do gás natural como combustível de veículos automotores. A matéria foi votada em caráter terminativo na CAE e será agora enviada diretamente para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para ser submetida a Plenário.

Os integrantes da CAE também aprovaram o parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que recomendou o arquivamento do projeto que institui o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública.

Concessionária de energia deve ter tratamento igual

Foi aprovado, ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos parecer do senador Efraim Morais (PFL-PB) favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que modifica a fórmula de aplicação do redutor sobre os saldos remanescentes que as concessionárias de energia elétrica mantêm na chamada Contas de Resultados a Compensar (CRC).

No seu relatório, Efraim explica que o projeto corrige “tratamento desigual” garantido a quatro concessionárias de energia elétrica (do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Goiás e de Alagoas) que não puderam compensar, na mesma proporção que outras estatais do setor elétrico, seus créditos de CRC no encontro de contas com dívidas junto à União e ao sistema Eletrobrás, permitido legalmente.

Assistência do Bird e do BID é analisada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu realizar audiência pública para discutir as estratégias de assistência do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de



Ana Júlia quer esclarecer estratégias

Desenvolvimento (BID) ao Brasil. A audiência, sugerida em requerimento pela senadora Ana Júlia (PT-PA), deve contar com a presença do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, dos representantes do governo federal no Bird, Amaury Bier, e no BID, Martus Tavares, do diretor do Bird no Brasil, Vinod Thomas, e do representante do BID no país, Waldemar Wirsig.

Ana Júlia acredita que a audiência é importante tendo em vista a elaboração em curso dos planos plurianuais de investimentos, que orientam os orçamentos anuais. De acordo com informações colhidas pela senadora, existem 130 projetos que contam com empréstimos contratados junto ao BID e ao Bird, no valor total de US\$ 17,92 bilhões.

A CAE aprovou um segundo requerimento de Ana Júlia, para realização de audiência pública com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e os governadores do Pará, Simão Jatene (PSDB), e de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), para discutir a perda de receitas por parte de estados exportadores.

A senadora leva em consideração a proposta de reforma tributária e pondera que a desoneração das exportações deve ser adotada, beneficiando todos os estados. Na audiência, Ana Júlia pretende demonstrar a situação de desvantagem na qual se encontram os 14 estados exportadores, apesar de superavitários.

Também foi aprovado requerimento de César Borges (PFL-BA) que solicita o envio de representação da comissão a solenidade na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em 28 de maio, que terá a presença do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Ele vai apresentar a proposta de criação da nova Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a CAE deve aproveitar para tomar conhecimento dos planos do governo.

Célio Azevedo

Jane de Araújo

José Cruz



QUINDINS. Senadores receberam da rainha da feira caixa com bem-casados, camafeus, papos-de-anjo e outros doces

Sarney recebe convite para visitar feira de doces no Sul

Assim como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem representantes da 11ª Feira Nacional do Doce de Pelotas (RS), que o convidaram para a exposição que se realiza de 4 a 12 de junho.

Das mãos da rainha Patrícia Medina e das princesas Caroline Vaz e Vanessa Valente, o senador Sarney recebeu, além do convite, uma caix

xa de doces tradicionais de Pelotas. Diante de bem-casados, bons-bocados, camafeus, quindins e papos-de-anjo, o presidente do Senado provou um pastel de Santa Clara.

Os representantes da Feira do Doce chegaram ao gabinete de José Sarney acompanhados dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Romeu Tuma (PFL-SP).



EVASÃO. Segundo Antero, há indícios de crime contra o sistema financeiro nacional

Antero pede CPI sobre lavagem de dinheiro

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) encaminhou à Mesa requerimento com 35 assinaturas solicitando que seja instalada comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as remessas de recursos financeiros para o exterior, a partir de Foz do Iguaçu (PR), entre os anos de 1996 e 1999, que apresentam indícios de lavagem de dinheiro e de crimes contra o sistema financeiro nacional e a ordem tributária.

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, na edição de 29 de abril, equipe da Polícia Federal que investiga o uso da agência do Banestado em Nova York para lavar US\$ 30 bilhões ampliou de 137 para 152 o número de contas que constituem o alvo de apuração. Cálculos preliminares apontam que os recursos que passaram por essas contas beneficiaram 50 mil pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em paraísos fiscais.

– Como é de conhecimento do Senado, há mais de dois meses a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) conseguiu as assinaturas necessárias para a instalação da CPI do Banestado. Depois de conseguir assinaturas mais que suficientes, o pedido de CPI acabou não sendo apresentado, por razões que não cabe a mim explicar. Na última reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitei da senadora autorização para que eu ou o senador Osmar Dias buscassem as assinaturas para um novo pedido de CPI.

Antero afirmou que o dinheiro desviado a partir de Foz do Iguaçu daria para encher 90 carretas. Ele salientou que indícios apontam o envolvimento de políticos no caso.

Tourinho cobra apoio à exportação

■ Proposta de reforma tributária enviada pelo governo não estimula vendas para o exterior, alerta parlamentar

A proposta de reforma tributária enviada ao Congresso não contribui para estimular as exportações, afirmou ontem o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Segundo disse, o aumento das vendas ao exterior deveria ser o principal objetivo do governo, como forma de aumentar a participação brasileira no comércio internacional e melhorar as variáveis econômicas do país. Além disso, afirmou, há a possibilidade de que as mudanças propostas pelo Executivo tragam prejuízos aos estados.

– Os estados exportadores ficam numa situação terrível. A desoneração do ICMS nas exportações é constitucio-

nalizada, mas as compensações aos estados previstas na Lei Kandir não o são. O país fica com os resultados e os estados com as despesas. Certamente, não é dessa forma que se conseguirá ampliar as exportações. É preciso que essa compensação seja também constitucionalizada.

Para estimular as exportações, Tourinho sugere a criação de fundo constitucional formado por 15% do Imposto de Importação, com distribuição proporcional aos saldos positivos das balanças comerciais estaduais.

Mecanismos restritivos à concessão, pelos estados, de benefícios fiscais para a atração de empresas devem encontrar dificuldades para implantação, na avaliação do senador, pois, ressaltou, a falta de política nacional de desenvolvimento regional e a concentração da produção e da infra-estrutura nas regiões mais desenvolvidas não são



BENEFÍCIO. Rodolpho Tourinho defende a criação de fundo constitucional para exportação

atacadas pelo texto.

– O projeto não traz qualquer referência à implementação de uma política industrial necessária à redução das desigualdades regionais – acrescentou Rodolpho Tourinho, que considera os 2% dos impostos federais destinados a um fundo de desenvolvimento regional insuficientes

SAÚDE

Lúcia Vânia quer ajuda a hospital

Ao informar ontem que nos últimos 90 dias oito pacientes morreram enquanto aguardavam autorização da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (GO) para tratamento de quimioterapia no Hospital Araújo Jorge, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou não ter recebido ainda qualquer resposta do ministro da Saúde, Humberto Costa, de pedido feito por ela há quase 20 dias para que ajudasse o hospital em caráter emergencial.

– Diante da gravidade da situação, solicitei ao ministro, durante audiência pública no Senado, que liberasse emenda da ex-deputada federal por Goiás Lídia Quinan, no valor de R\$ 300 mil, a fim de garantir a manutenção do hospital. Lamentavelmente, até hoje não recebi resposta sobre o pleito. Além disso, não foram tomadas providências no sentido de tentar amenizar a situação, seja revendo os valores repassados pelo Ministério da Saúde à Secretaria

Municipal ou buscando outras soluções para o problema – afirmou.

A senadora disse que aguardará de Humberto Costa, que deve visitar Goiânia hoje, uma posição sobre o assunto. Ela também ressaltou que será uma boa oportunidade para o ministro conhecer de perto o hospital.

Lúcia Vânia comentou que, se nada for feito, a situação se agravará, já que, além dos oito pacientes que morreram aguardando tratamento qui-

para resolver o problema.

Em aparte, o senador César Borges (PFL-BA) disse que a reforma tributária proposta pelo governo é “um engodo que penalizará estados e municípios”. Avaliação semelhante fez o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiou a iniciativa, também constante da reforma, de unificar as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ela também defendeu compensações para os estados com as desonerações das exportações. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) declarou que o governo está aberto a discutir os termos da proposta de reforma tributária, que, segundo ela, foi fruto de consenso.

– Os estados que têm peso positivo na balança comercial não podem ser penalizados – acrescentou Ana Júlia.



À ESPERA. Oito pacientes já morreram na fila do hospital, diz Lúcia Vânia

mioterápico, outros 116 continuam na fila desde março. Ela acrescentou que, desse total, 40 já tiveram seus pedidos para tratamento negados.